



## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO – ( a que se refere a alínea a) do n.1 do artigo 57.º )

1 – Joaquim Barreiros Lda, nome artístico Quim Barreiros, residente na Av. Dr. Ramos Pereira n. 115, em Vila Praia de Ancora 4910 – 464, concelho de Caminha, com o Numero de Identificação Fiscal – 509 736 289, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo á execução do contrato a celebrar na sequencia do procedimento de espectáculo a realizar no âmbito

da FESTA DO BORDO 2014 NO MUNICIPIO  
DE ROMBAL, dia  
26 DE JULHO DE 2014, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que se junta em anexo ( 3 ):

a) Proposta

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado (a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ( 4 ) [ ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ( 5 ) ] ( 6 );
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ( 7 ) [ ou os titulares dos seus órgãos de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa, por falta grave em matéria profissional ( 8 ) ] ( 9 );
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ( ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal ) ( 10 );
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ( ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal ) ( 11 );
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433 /82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos públicos ( 12 );
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ( 13 );
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ( ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal ) ( 14 );
- i) Não foi condenado ( a ) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ( 15 ) [ ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ( 16 ) ] ( 17 );
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2.º da Acção comum 98/773JAI do conselho;